



560

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0003871-05.2014.8.17.0000 (0332988-2)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: IERCO VIANA GOMES

PACIENTE: GILBERTO BATISTA DE SANTANA E OUTRO

RELATOR: Des. Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Manoel Cavalcanti de Albuquerque neto

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO SUPERADA. INSTRUÇÃO CRIMINAL ENCERRADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 52, DO STJ. CUSTÓDIA CAUTELAR. MANUTENÇÃO. PRESENÇA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 312 DO CPP. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. – DENEGAÇÃO DA ORDEM, POR UNANIMIDADE.

1. Encontrando-se encerrada a instrução criminal, resta superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo, conforme entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, através da Súmula nº 52.
2. Encontram-se satisfeitos os requisitos do artigo 312 do CPP, uma vez que a prisão preventiva dos pacientes se mostra

l.

necessária para garantia da ordem pública, haja vista a 561
periculosidade deles, demonstrada pelas circunstâncias e
natureza dos crimes que lhe são imputados. No mais,
primariedade, emprego certo e residência fixa, por si sós, não
são suficientes para a concessão de liberdade quando
presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *habeas corpus* nº 0003871-05.2014.8.17.0000 (0332988-2), em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, unanimemente, em denegar a ordem requerida, nos termos do voto contido nos autos.

Recife, 17 de  de 2014.


Des. Gustavo Augusto Lima
Relator



562

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0003871-05.2014.8.17.0000 (0332988-2)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: IERCO VIANA GOMES

PACIENTE: GILBERTO BATISTA DE SANTANA E OUTRO

RELATOR: Des. Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Manoel Cavalcanti de Albuquerque neto

RELATÓRIO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado pelo Bel. Ierco Viana Gomes em favor de **GILBERTO BATISTA DE SANTANA** e **LAERTON BATISTA FERREIRA**, os quais se encontram recolhidos preventivamente, em consequência de decreto exarado nos autos da ação penal nº 09441-89.2011.8.17.0480, na qual respondem pela prática de crimes de homicídio consumado e tentado, tendo sido apontado como autoridade coatora o Juízo de Direito da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Caruaru.

Alega o impetrante, em primeiro lugar, que os acusados estão sofrendo constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo na formação da culpa, já que se encontram recolhidos há muito tempo (Gilberto Santana há mais de 01 ano e Laerton Ferreira há mais de 02 anos) sem que a instrução criminal tenha sido encerrada.

De outra parte, aduz que não há motivo que justifique a manutenção da custódia cautelar, pois, além de não restarem presentes os requisitos do artigo 312 do CPP, os pacientes seriam primários, trabalhadores e possuiriam residência fixa.

Nestes termos, pugna pela concessão da ordem, com a expedição do competente alvará de soltura em favor daqueles.

Às fls. 541/543, consta decisão interlocutória indeferindo o pedido de liminar.

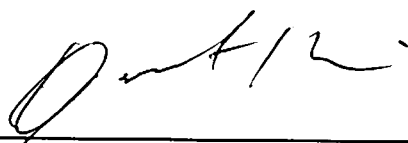
A autoridade apontada coatora prestou informações às fls. 550/551, afirmando que os pacientes são acusados de um crime de homicídio qualificado contra uma criança e de uma tentativa de homicídio contra o genitor desta, o qual resistiu aos ferimentos que sofreu no atentado, porém terminou ficando paraplégico. Os crimes teriam sido motivados por uma disputa envolvendo o cachorro de um dos pacientes, que teria sido roubado e vendido à vítima.

De acordo com o juiz, a partir dos dados contidos nos autos, encontra-se devidamente justificada a custódia cautelar dos acusados.

Além disso, diz que a instrução processual foi encerrada em 06 de maio de 2014, de modo que restaria superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Instada a se manifestar, a Procuradoria de Justiça, às fls. 555/556, opinou pela denegação da ordem.

É O RELATÓRIO.





564

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0003871-05.2014.8.17.0000 (0332988-2)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: IERCO VIANA GOMES

PACIENTE: GILBERTO BATISTA DE SANTANA E OUTRO

RELATOR: Des. Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Manoel Cavalcanti de Albuquerque neto

VOTO

Sr. Des. Presidente,

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Segundo as informações constantes dos autos, os pacientes foram denunciados como incurso nas penas dos artigos 121, §2º, incisos II e IV, e 121, §2º, incisos II e IV, c/c o artigo 14, inciso II, todos do CP, encontrando-se recolhidos preventivamente, tendo sido apontado como autoridade coatora o Juízo de Direito da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Caruaru.

Alega o impetrante, em síntese, que os acusados estão sofrendo constrangimento ilegal pelo excesso de prazo na formação da culpa, já que Gilberto Santana está encarcerado há mais de 01 (um) ano e Laerton Ferreira há mais de 02 (dois) anos, sem que a instrução criminal tenha sido encerrada. Diz, ainda, que não se vislumbra motivo para a manutenção da custódia cautelar, já que, além do excesso de prazo e da

ausência dos requisitos do artigo 312 do CPP, os pacientes seriam primários, trabalhadores e teriam residência fixa.

Por tais razões, pugna pela concessão da ordem.

Pois bem.

De logo, diga-se que, segundo as informações prestadas pela autoridade apontada coatora, a instrução criminal foi concluída no dia 06 de maio do ano em curso, pelo que, nos termos da Súmula nº 52 do STJ, resta superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo. Neste sentido:

STJ: HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO, LAVAGEM DE DINHEIRO E ESTELIONATO. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INSTRUÇÃO CRIMINAL ENCERRADA. SÚMULA N. 52 DESTE STJ. EVENTUAL DELONGA SUPERADA. 1. Com o encerramento da instrução criminal, resta superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, consoante o enunciado na Súmula n.º 52 desta Corte Superior. (...). (HC 180544/RS. Relator Ministro Jorge Mussi. Quinta Turma. Julgamento em 10/05/2011)

De outra parte, quer me parecer que a manutenção da custódia dos pacientes faz-se necessária para garantia da ordem pública, haja vista que eles foram denunciados pela prática de crimes graves (homicídio consumado contra uma criança e tentativa de homicídio contra o pai dela, que, apesar de conseguir sobreviver, ficou paraplégico), sendo certo, ainda, que os delitos foram perpetrados com o emprego de arma de fogo e por motivo de pouca importância, relacionado à disputa por um cão que havia sido roubado dos acusados e teria sido vendido à vítima.

A natureza e as circunstâncias dos crimes, a meu ver, indicam a necessidade da segregação.

Sabe-se, é verdade, que a gravidade do crime, por si só, não se presta para fundamentar uma prisão preventiva. No presente caso, entretanto, o decreto construtivo encontra apoio na periculosidade dos acusados, em sua frieza moral e *modus operandi*, demonstrando a necessidade da custódia como forma de garantir a ordem pública.

Como ressalta o mestre Julio Fabbrini Mirabete, a decretação da custódia se justifica “se o acusado é dotado de periculosidade, na perseverança da prática delituosa, ou quando denuncia na prática do crime perversão, malvadez, cupidez e insensibilidade moral”¹. Neste sentido:

STJ: HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO E PORTE DE ARMA DE FOGO. PRISÃO PREVENTIVA. SÚMULA 691. JULGAMENTO DO MÉRITO DO HABEAS CORPUS IMPETRADO NA ORIGEM. SUPERVENIÊNCIA DA PRONÚNCIA, QUE MANTEVE A PRISÃO SEM APRESENTAÇÃO DE FUNDAMENTOS SUBSTANCIALMENTE NOVOS. CIRCUNSTÂNCIAS QUE NÃO IMPEDEM CONHECIMENTO DA PRESENTE IMPETRAÇÃO. APRESENTAÇÃO DE DADOS CONCRETOS, QUE DEMONSTRAM A PERICULOSIDADE SOCIAL DO AGENTE E, EM CONSEQUÊNCIA, A NECESSIDADE DA PRISÃO PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ORDEM DENEGADA. (...) 3. Não há falar em constrangimento ilegal se houve a apresentação de fatos concretos, aptos a revelar a periculosidade social do agente e, em consequência, a necessidade da prisão para a garantia da ordem pública. 4. Ordem denegada. (HC 142323/SP. Relator Ministro Celso Limongi – Desembargador Convocado do TJ/SP. Sexta Turma. Julgamento em 05/04/2010)

Assim é que, presentes os requisitos autorizadores da prisão provisória, não há qualquer constrangimento ilegal a ser sanado mediante o presente *mandamus*. Até porque a primariedade e a existência de residência fixa e profissão definida, por si só, não são suficientes para a concessão de liberdade provisória quando presentes os requisitos previstos no artigo 312 do CPP. Neste sentido:

¹ MIRABETE, Juli Fabbrini. Código de Processo Penal Interpretado. 11ª Edição. Editora Atlas. Pág. 803.

STJ: HABEAS CORPUS. ESTELIONATO. PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO FUNDAMENTADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. ACUSADO CONTUMAZ NA PRÁTICA DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. ORDEM DENEGADA. 1. Mostra-se devidamente justificada a custódia cautelar para a garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, eis que se trata de pessoa contumaz na prática de crimes contra o patrimônio, restando demonstrado concretamente a possibilidade de reiteração da conduta criminosa caso seja colocado em liberdade, inexistindo, assim, o alegado constrangimento ilegal, mormente se considerado que as informações prestadas dão conta que o paciente possui, na verdade, outro nome. 2. Eventuais condições favoráveis do paciente não são suficientes para afastar a necessidade da custódia cautelar, sobretudo se existe nos autos elementos hábeis a recomendar a sua imposição. 3. Habeas corpus denegado. (HC 165705/PR. Relator Ministro Haroldo Rodrigues – Desembargador Convocado do TJCE. Sexta Turma. Julgamento em 15/06/2010)

Por todo o exposto, e em consonância com o entendimento da Procuradoria de Justiça, o meu voto é no sentido de denegar a ordem requerida.

É COMO VOTO.

